



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026.
(Da Sra. Caroline De Toni)

Requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da gestão, exploração, comercialização e fiscalização de minerais de terras raras no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações relativas à política nacional de exploração e gestão de minerais de terras raras:

- 1) Existe atualmente uma política nacional estruturada para exploração, beneficiamento e agregação de valor aos minerais de terras raras? Em caso afirmativo, encaminhar documentos, diretrizes e metas atualizadas.
- 2) Quais são os principais projetos estratégicos do governo federal voltados ao setor de terras raras?
- 3) Há previsão de ampliação da participação do Brasil na cadeia global desses minerais? Em que termos?
- 4) Quais investimentos públicos foram realizados, nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias de extração, refino e processamento de terras raras?
- 5) Existem parcerias com universidades, centros de pesquisa ou iniciativa privada para o desenvolvimento tecnológico no setor? Detalhar.
- 6) O Brasil possui capacidade industrial instalada para processamento completo de terras raras ou permanece dependente de etapas realizadas no exterior?





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 16/04/2026 10:32:29.203 - Mesa

RIC n.946/2026

- 7) Quais são as principais áreas de exploração de terras raras atualmente ativas no país?
- 8) Qual o volume de produção nacional de terras raras nos últimos quatro anos, discriminado por tipo de mineral?
- 9) Quais empresas (nacionais ou estrangeiras) possuem autorização ou concessão para exploração desses recursos?
- 10) Para quais países o Brasil tem exportado minerais de terras raras nos últimos quatro anos? E qual o volume e valor das exportações nesse período?
- 11) Há contratos ou acordos estratégicos firmados com governos estrangeiros ou empresas internacionais para fornecimento desses minerais? Em caso afirmativo, detalhar.
- 12) Quais outros países estrangeiros, diretamente ou por meio de pessoas jurídicas, fundos soberanos, empresas estatais ou privadas, já manifestaram, formal ou informalmente, interesse na aquisição, arrendamento, exploração ou qualquer forma de utilização econômica de terras no Brasil?
- 13) Ainda sobre países estrangeiros com interesse em minerar nossas terras raras, detalhe os termos de eventuais tratativas realizadas, ainda que em fase preliminar, incluindo:
 - a) objeto da negociação;
 - b) localização e extensão das áreas envolvidas;
 - c) finalidade pretendida (agrícola, mineral, energética, ambiental, entre outras);
 - d) instrumentos jurídicos cogitados ou utilizados;
 - e) órgãos públicos envolvidos nas tratativas.
- 14) Em negociações com países estrangeiros, caso tenham ocorrido negativas por parte do Estado brasileiro, que sejam informados:
 - a) os casos em que houve recusa expressa;
 - b) a fundamentação jurídica e administrativa que embasou a negativa;
 - c) eventuais pareceres técnicos ou jurídicos que subsidiaram a decisão.
- 15) Existem políticas de incentivo fiscal, regulatório ou creditício para instalação de plantas de refino e transformação no Brasil?
- 16) Quais órgãos são responsáveis pela fiscalização da exploração de terras raras no país?
- 17) Como tem sido realizada a fiscalização das atividades de extração e comercialização desses minerais?



* C D B 2 6 6 6 1 8 6 8 0 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

- 18) Foram identificadas irregularidades, exploração ilegal ou descumprimento de normas ambientais nos últimos quatro anos? Em caso afirmativo, informar providências adotadas.
- 19) Existem estudos de impacto ambiental específicos para essas atividades? Encaminhar síntese dos principais achados que o Ministério possua.
- 20) Considerando a relevância estratégica das terras raras para a indústria tecnológica e de defesa, quais medidas o governo tem adotado para garantir a soberania nacional sobre esses recursos?
- 21) Há restrições ou condicionantes à participação estrangeira na exploração e comercialização desses minerais?

JUSTIFICATIVA

Os minerais de terras raras representam um dos ativos estratégicos mais valiosos do século XXI, sendo indispensáveis para a indústria de alta tecnologia, defesa nacional, transição energética e produção de bens de elevado valor agregado. Países que detêm reservas e dominam a cadeia produtiva desses recursos exercem influência direta sobre setores críticos da economia global.

O Brasil, detentor de reservas relevantes desses minerais, possui uma oportunidade histórica de se posicionar como protagonista nesse cenário. No entanto, para que isso se concretize, é indispensável que haja uma política clara, eficiente e orientada ao interesse nacional, capaz de garantir não apenas a exploração dos recursos, mas, sobretudo, a agregação de valor dentro do próprio país.

Nesse contexto, é preocupante a possibilidade de o Brasil permanecer predominante apenas no papel de exportador de matéria-prima, abrindo mão de etapas mais lucrativas da cadeia produtiva, como o refino, o processamento e a industrialização. Tal cenário, já observado em outros setores ao longo da história econômica nacional, representa perda de competitividade, geração de empregos qualificados no exterior e redução do potencial de desenvolvimento tecnológico interno.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 16/04/2026 10:32:29.203 - Mesa

RIC n.946/2026

Adicionalmente, considerando o caráter sensível e estratégico das terras raras, é fundamental assegurar que sua exploração esteja alinhada à preservação da soberania nacional. Isso inclui o devido controle sobre a participação de agentes estrangeiros, a transparência nos contratos firmados e a garantia de que os interesses do país estejam acima de eventuais pressões externas.

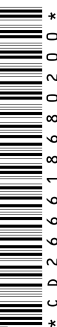
Também se impõe a necessidade de rigor na fiscalização das atividades de exploração, de modo a coibir práticas ilegais, assegurar o cumprimento das normas ambientais e evitar a dilapidação de um patrimônio que pertence à nação brasileira.

Por fim, é imprescindível que haja investimento em pesquisa, desenvolvimento, inovação, e criação de condições necessárias para que o Brasil avance na cadeia tecnológica associada às terras raras. Sem esse esforço, o país corre o risco de permanecer dependente de tecnologias externas, mesmo sendo detentor da matéria-prima.

Diante disso, o presente requerimento busca obter esclarecimentos detalhados acerca da atuação do governo federal na gestão desse patrimônio estratégico, permitindo ao Parlamento exercer sua função fiscalizatória e contribuir para que o Brasil utilize suas riquezas de forma soberana, eficiente e voltada ao desenvolvimento nacional.

Sala das Sessões, ____/____/____.

Caroline De Toni
Deputada Federal (PL/SC)



* C D 2 6 6 6 1 8 6 8 0 2 0 0 *